

ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: ALGUMAS REFLEXÕES PARA UM DIAGNÓSTICO E UMA ESTRATÉGIA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Existem em Portugal cerca de 8.000 sítios com interesse arqueológico inventariados pelo Estado (IPPAR). Evidentemente que tal cifra corresponde apenas à ponta de um enorme icebergue. Daqueles, só pouco mais de uns doze monumentos são propriedade pública, e, em muitos casos, apenas parcialmente. Está ultimamente a ser implantado um Sistema de Informação Arqueológica, designado “Endovélico”, que se espera que venha a permitir a gestão, em rede, da informação disponível dos bens imóveis portugueses. Mas os bens móveis (produto ou não de escavações) estão muito dispersos, e frequentemente na posse dos investigadores, às vezes por períodos de tempo tão longos que levam a temer pelo seu destino.

A comunidade arqueológica portuguesa é restrita: os cálculos mais optimistas estimam umas 250 pessoas. O número de doutorados é escasso, e, mesmo percentualmente, diminuto em relação a qualquer outro país europeu.

Essa comunidade agrupa-se em várias associações, das quais a mais antiga é a Associação dos Arqueólogos Portugueses, fundada no séc. XIX. Ultimamente têm-se constituído outras entidades, como, por ex., a Associação Profissional de Arqueólogos, a Arqueonáutica, a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, e a Comissão Inter-Universitária de Arqueologia do CRUP. Apesar da sua meritória actividade, tais instituições ainda não se organizaram em comum por forma a exprimirem uma posição conjunta que levasse, por exemplo, à criação da profissão de arqueólogo.

Não existe um curso universitário de Arqueologia: apenas variantes do curso de História (em Lisboa, Porto e Coimbra) e mestrados de Arqueologia (no Porto, em Braga e em Lisboa). Estes últimos terão produzido, até ao momento, uns 40 mestres, sintoma sem dúvida positivo.

Os meios humanos, técnicos e financeiros de que o Estado dispõe para estudar, acautelar e valorizar esta área do património são escassos. Calcula-se em cerca de 500.000 contos a verba disponível, este ano, para tal fim.

Os instrumentos legais existentes também não permitem uma perspectiva optimista: o último diploma que regulamenta os trabalhos arqueológicos em terra é uma portaria de 1978, e a Lei do Património Cultural Subaquático, de 1993, não está de acordo com uma concepção

* Artigo divulgado no jornal *Público* de 16.8.1996.

científica da Arqueologia no mar e nas águas interiores. A cumular tal situação, a Lei de Bases do Património, de 1985, em muitos aspectos positiva, nunca foi regulamentada.

A opinião pública, nomeadamente a das camadas mais jovens e das classes médias urbanas, só agora começa a estar mais alertada para a Arqueologia, sobretudo a partir do “caso Côa”. Ora, sem a formação dessa opinião pública, os bens arqueológicos nunca serão sentidos como uma necessidade partilhada, ficando acantonados aos profissionais e a uma elite de interessados.

A actividade editorial portuguesa é pobre em livros que esclareçam ou formem um público. As traduções de obras estrangeiras contam-se pelos dedos, e são muito raras as publicações de autores portugueses em editoras comerciais. As câmaras municipais, associações culturais e científicas, e organismos do Estado, como o IPPAR e o IPM, vão colmatando lacunas como podem.

Apesar de um notável conjunto de iniciativas por parte do IPM, nos últimos anos, está por definir uma política de conjunto para os museus portugueses de Arqueologia — nomeadamente o Museu Nacional, nos Jerónimos — ou com colecções importantes de Arqueologia, na qual sejam envolvidas positivamente as autarquias e outras entidades de quem tais museus dependem.

Embora se tenham multiplicado reuniões de arqueólogos por todo o país, muitas vezes por iniciativa de entidades locais ou municípios — a última foi em Vila do Conde/ Barcelos — a verdade é que os congressos nacionais de Arqueologia se reduziram a 4. O último, efectuado em Faro em 1980, nunca publicou as respectivas Actas. Uma entidade activa no Norte do país, no campo da Arqueologia, tem sido a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, fundada em 1918; mas a sua principal vocação, desde a origem, é a inter e transdisciplinaridade das ciências humanas e sociais, numa perspectiva antropológica, o que inclui, mas não se esgota, na Arqueologia. Não obstante, foi esta entidade que, em 1993, realizou a reunião científica mais significativa até hoje levada a cabo em Portugal: o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (8 vols. de Actas publicados, num total de c. de 4.500 páginas, além do “Dossier Côa”, separata especial do vol. VIII).

Parecem óbvias duas conclusões: havendo poucos meios (financeiros, técnicos, humanos) e muitos sítios a exigir intervenção, tem de se estabelecer uma clara hierarquia de prioridades, por forma a afectar o máximo de recursos a um número limitado de objectivos. Realizados estes com êxito, servirão de exemplo para os demais e irão consolidando uma exigência justa de crescimento para os apoios ao sector. Por outro lado, a Arqueologia não pode ser realizada pelo Estado e seus técnicos senão no indispensável da respectiva função coordenadora e fiscalizadora. A Arqueologia pertence aos cidadãos e tem de ser feita pela “sociedade civil”. Na Grã-Bretanha, por ex., haverá, segundo se crê, dez amadores por cada profissional. Esta abertura vai, naturalmente, a par de uma definição clara de quem pode, profissionalmente, praticar acções no terreno que alterem o património. Como num serviço nacional de saúde: o sistema tem de estar aberto a todos os utentes, sendo naturalmente conduzido por profissionais credenciados nos vários níveis hierárquicos.

Para além dos livros e de outros produtos culturais portadores de mensagens formativas e informativas (brochuras, desdobráveis, t-shirts, postais, videos, réplicas, etc.) os principais interfaces com o público e com os estudiosos dos nossos valores arqueológicos não-de ser três. Uma rede de sítios ou monumentos (incluídos nas respectivas paisagens); uma rede de museus e mostras museológicas (sejam eles do Estado ou não); uma rede de depósitos de bens arqueológicos móveis (provida de condições de utilização para os investigadores, como se de um conjunto de arquivos se tratasse). Está claro que em cada uma destas frentes se têm de estabelecer prioridades, pois não há meios para fazer

tudo o que não foi feito durante décadas.

Para implementar uma nova política arqueológica é preciso: estar a montante das grandes obras públicas, nos Estudos de Impacte Ambiental e, em geral, em tudo quanto seja uma arqueologia de prevenção. Trabalhar em abertura para o exterior, em colaboração com as populações, com as associações, com as autarquias. Articular intimamente as acções de vários organismos do Ministério da Cultura (IPPAR, IPA, IPM), mas não só: trabalhar em colaboração com o Ministério da Ciência, com o Ministério da Educação, com o Ministério do Planeamento, com a Secretaria de Estado da Juventude, com a Secretaria de Estado do Turismo, com o Instituto de Conservação da Natureza.

Em suma: a Arqueologia, para se implementar e crescer, não pode ser uma reivindicação corporativa: tem de se tornar uma actividade disseminada, e sentida como útil à criação de bens culturais estimados pela comunidade. Quais os caminhos mais viáveis para atingir esse grande objectivo, eis o que penso que deveria ser alvo de um continuado debate estratégico por parte dos arqueólogos portugueses, e de todos quantos se interessam por esta actividade.

Porto, 13 de Agosto de 1996.